

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais**

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.436	38.998	Fornecedores (Nota 113)	33.495	96.218
Clientes (Nota 8)	16.993	7.658	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	185.702	155.901
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	20.003	49.846	Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	10.067	6.173
Impostos a recuperar	2.708	2.162	Partes relacionadas (Nota 11)	6.737	19.646
Ativo financeiro - concessão (Nota 10)	107.496	97.337	Provisões (Nota 116)	5.266	23.007
Despesas pagas antecipadamente (Nota 12)	760	3.090	Outros	1.762	2.734
Outros ativos	-	3.732		243.029	303.679
	149.050	202.823	<b>Não circulante</b>		
<b>Não circulante</b>			Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	762.783	765.581
Realizável a longo prazo			PIS e COFINS diferidos (Nota 17)	173.293	149.512
Ativo financeiro - concessão (Nota 10)	1.733.512	1.483.245	IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18 b)	53.034	(19.902)
Depósitos judiciais (Nota 9)	9.472	9.139		989.110	895.191
Títulos de renda fixa	3.975	2.930			
	1.746.959	1.495.314	<b>Patrimônio Líquido (Nota 19)</b>		
Imobilizado, líquido	2.312	2.099	Capital social	567.260	540.000
	1.749.271	1.497.413	Reserva legal	4.963	-
Total do ativo	1.898.321	1.720.236	Prejuízos acumulados	-	(38.634)
			Reserva especial de dividendos	94.305	-
				666.528	501.366
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.898.321	1.700.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais**

	Capital social	Reserva legal	Dividendos retidos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2013</b>	340.650	-	-	(94.004)	246.646
Aumento de capital	199.350	-	-	-	199.350
Lucro do exercício	-	-	-	55.370	55.370
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	540.000	-	-	(38.634)	501.366
Aumento de capital	27.260	-	-	-	27.260
Lucro do exercício	-	-	-	137.902	137.902
Destinação do lucro do exercício	-	4.963	94.304	(99.268)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	567.260	4.963	94.305	-	666.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1 Informações gerais. 1.1 Contexto operacional.** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 7/07/2008 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detêm 100,00% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. A gestão de tesouraria é feita de forma consolidada para o Grupo Isolux no Brasil. A Companhia terá suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. Ainda, caso necessário, o Grupo Isolux Corsán garantirá o aporte de capital nas operações no Brasil. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, espera-se atingir o equilíbrio econômico-financeiro já no exercício de 2015. Adicionalmente, a Companhia solicitou ampliação dos empréstimos FDA e FNO e a ampliação foi concedida. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28/04/2015. **1.2 Concessão.** Em 27/06/2008 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B - linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8/10/2008, foi publicado no Diário Oficial da União de 9/10/2008. No dia 16/10/2008, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2008 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 12/06/2013 (Tramo de 500 kv) e em 22/01/2014 (Tramo 230 kv). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **2 Resumo das principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **2.2 Conversão de moeda estrangeira. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(b) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4 Instrumentos financeiros. 2.4.1 Classificação e mensuração.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(i) Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(ii) Valor justo.** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3 Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **2.5 Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresen-

tadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.6 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **2.7 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.8 Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão as realizações dos impostos diferidos ativos. **2.10 Capital.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.11 Reconhecimento de receita.** Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 9,9% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Durante a fase pré-operacional, a receita relativa a serviços de construção é registrada pelo seu valor justo conforme descrito na Nota 4.1. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros.** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31/12/2014 e 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na Nota explicativa nº 3.3. **Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entender ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **(d) Determinação das receitas e custos de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **(e) Provisão para riscos.** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **(f) Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **3.3 Contrato de concessão.** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (i) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos

**Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**

	Em milhares de reais	
	2014	2013
Operações continuadas		
Receita (Nota 21)	348.912	349.011
Custo sobre serviços prestados (Nota 22)	(40.044)	(191.477)
Lucro bruto	308.868	157.534
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(8.417)	(1.521)
Lucro operacional	300.451	156.013
Despesas financeiras (Nota 23)	(89.724)	(72.392)
Receitas financeiras (Nota 23)	111	273
Resultado financeiro, líquido	(89.613)	(72.119)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	210.838	83.894
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18 a)	(72.936)	(28.524)
Lucro do exercício	137.902	55.370
Lucro por lote de mil ações - R\$	(243,10)	(102,54)

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangente. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro**

	Em milhares de reais	
	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do exercício</b>	137.902	55.370
Ajustes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.936	28.524
PIS e COFINS diferidos	23.781	35.709
Remuneração do ativo financeiro	(364.829)	(98.361)
Juros dos empréstimos	(17.617)	59.737
Provisões	(17.741)	(30.243)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(546)	(309)
Clientes	(9.335)	(7.658)
Adiantamentos a fornecedores	29.843	(27.072)
Despesas antecipadas	2.330	(214)
Depósitos judiciais	(333)	(1.966)
Outros ativos	3.905	(3.553)
Fornecedores	(62.723)	(87.424)
Partes relacionadas	(12.909)	11.978
Outros passivos	(1.145)	2.734
Impostos e contribuições a recolher	3.894	1.247
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(212.587)</b>	<b>(118.859)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo financeiro - concessão	-	(286.066)
Ativo financeiro - recebimento	104.403	34.781
Títulos de renda fixa	(1.045)	(1.142)
Adições do imobilizado	(213)	(209)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>103.145</b>	<b>(252.636)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos	86.681	340.518
Pagamento de empréstimos	(113.956)	(197.750)
Amortização dos juros e empréstimos	73.603	(57.358)
Custos de transação em operações de empréstimos	(1.708)	(696)
Aumento de capital	27.260	199.350
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>71.880</b>	<b>341.422</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(37.562)</b>	<b>(30.073)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)</b>	<b>38.998</b>	<b>69.071</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)</b>	<b>1.436</b>	<b>38.998</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo: • A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. • A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro (a) Risco de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. O risco é administrado através da manutenção de aplicações financeiras também pós fixadas. **(b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(d) Risco de taxa de juros.** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **5 Instrumentos financeiros por categoria**

**Ativo Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo financeiro	1.841.008	1.841.008
Títulos e valores mobiliários	3.975	3.975
Depósitos judiciais e outros ativos	9.299	9.299
Caixa e equivalentes de caixa	1.436	1.436
	3.975	1.851.743

**Passivo Empréstimos e financiamentos**

	2014	2013
<b>6 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e bancos	1.436	38.998
<b>7 Adiantamentos a fornecedores</b>		
Os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:		
	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores nacionais	20.003	49.846
A Companhia no ano de 2014 começou a operar 100% e com isso seus adiantamentos a fornecedores, bem como o saldo de fornecedores a pagar diminuíram consideravelmente. <b>8 Clientes</b>		
Clientes	16.993	7.658
	16.993	7.658
O faturamento e contas a receber da Companhia são regulados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, por esse motivo a empresa não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa. No exercício de 2014, a Companhia começou a faturar 100% da RAP, devido a entrada em operação por completa, com isso aumentando o saldo de contas a receber de clientes. <b>9 Depósitos judiciais.</b> O saldo de R\$ 9.472 em 31/12/2014 (R\$ 9.139 em 2013) é composto principalmente por depósitos judiciais referentes a uma ação em curso com o estado do Pará em relação com um benefício fiscal concedido sobre ICMS. <b>10 Ativo financeiro - concessão</b>		
<b>Em 01/01/2013</b>		1.230.936
Receita de construção		286.066
Receita financeira		98.361
Recebimentos		(34.781)
<b>Em 31/12/2013</b>	1.580.582	
Receita de construção		364.829
Receita financeira		-
Recebimentos		(104.403)
<b>Em 31/12/2014</b>	1.841.008	
<b>Circulante</b>		107.496
<b>Não circulante</b>		1.733.512
<b>11 Partes relacionadas.</b> Os saldos de partes relacionadas correspondem a:		
	2014	2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	(6.671)	(19.225)
Outras empresas do grupo	(66)	(421)
	(6.737)	(19.646)
O saldo refere-se a custos compartilhados entre as empresas e a redução significativa do saldo deve-se ao final da obra em 2013. <b>(a) Remuneração de administradores.</b> Em 31/12/2014 e de 2013, os administradores não receberam remuneração paga pela Companhia. Por decisão dos acionistas, essa remuneração foi paga por partes relacionadas e não haverá ressarcimento a ser requerido da Companhia. <b>12 Despesas pagas antecipadamente.</b> O saldo em 31/12/2014 refere-se principalmente aos saldos de seguros. <b>13 Fornecedores</b>		
	2014	2013
Fornecedores nacionais	33.495	96.218
	33.495	96.218
<b>14 Empréstimos e financiamentos.</b> Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/2014:		
	2014	2013
<b>Circulante</b>		
Empréstimos bancários	115.582	95.403
FDA e FNO (iii)	51.128	48.474
Confirming (iv)	18.992	12.024
	185.702	155.901
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos bancários	6.384	34.097
FDA e FNO (iii)	771.806	745.183
Custo de Transação (i)	(15.407)	(13.699)
	762.783	779.280
Total dos empréstimos	948.485	935.181
Período		
<b>Amortização não circulante</b>		
2016		42.569
2017		45.160
2018		47.908
2019		50.824
2020		53.926
De 2020 em diante		537.803

As taxas de juros dos empréstimos variam entre 2% e 10% ao ano e os índices de correção são CDI e TJLP. **(i) Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. **(ii) Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo IsoluxCorsán S.A. **(iii) Créditos de longo prazo.** Em 30/12/2010 foram assinados os contratos de financiamento a longo prazo (Crédito Sênior) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: **BASA:** Valor: R\$ 142.722, Prazo: 240 meses, Encargos: Fixo: 10% a.a. A Companhia utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A primeira prestação será paga no dia 10/03/2015 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031. **SUDAM:** Valor: R\$ 569.568, Prazo: 240 meses, Encargos: TJLP + 0,85% a.a. **(iv) Operações de confirming.** São operações contratadas com os bancos onde a Companhia possibilita antecipar aos fornecedores, recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços. Funciona como uma cessão de crédito, transferindo assim a avaliação do risco de crédito do fornecedor para a Companhia, de quem passa ser a responsabilidade da liquidação do empréstimo. **15 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/2014, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **16 Provisões. (a) Custos de construção.** Em 31/12/2014, os saldos de provisões correspondem a:

	2014	2013
Provisão para custos de construção	5.266	23.007
	5.266	23.007

No exercício de 2014 foi feita uma provisão para os custos de pendências de obra que incorrerão no próximo exercício. **(b) Contingências.** A Companhia possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$11.590. Vale ressaltar que os processos trabalhistas contam com depósito de valores em juízo o que por si só garante o valor do débito. No que tange aos casos cíveis, frisamos que somos autores das demandas, motivo pelo qual não há que se provisionar perdas. **17 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

	PIS e COFINS diferidos
Em 31/12/2012	113.803
Constituição em 2013	35.709
Em 31/12/2013	149.512
Constituição em 2014	23.781
Em 31/12/2014	173.293

**18 Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
 Em 31/12/2014 e de 2013, a reconciliação das despesas de imposto de renda e de contribuição social apresentada no resultado são como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	210.838	83.894
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	(71.685)	(28.524)

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Companhia tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	IR e CSSL diferidos
Em 31/12/2013	19.902
Constituição em 2014	(72.936)
Em 31/12/2014	(53.034)

**(c) Incentivos fiscais.** Em 5/12/2008, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura- REIDI, pelo qual a Companhia fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19 Patrimônio líquido. (a) Capital social.** O capital subscrito

e integralizado em 31/12/2014 é de R\$ 567.260 (2013 - R\$ 540.000), está representado por 567.260 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ordinárias
Acionistas	567.260.000

**(b) Reserva legal.** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **(c) Dividendos.** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos retidos". Baseada na Lei 12.973/14 a Companhia deverá distribuir dividendos com base em seu resultado fiscal. Como em 2014, a Companhia apresentou prejuízo após a apuração do resultado fiscal, foi constituída uma reserva especial de dividendos. **20 Seguros.** A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31/12/2014, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Riscos Nomeados Operacionais	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 913
Responsabilidade Civil Geral	13/06/2014 a 13/06/2015	R\$ 10

	2014	2013
<b>21 Receita</b>		
<b>Receita bruta de serviços</b>		
Receita de construção	-	286.066
Receita de operação	7.265	3.552
Receita financeira (i)	364.829	98.361
Outras receitas	16.517	(1.942)
	388.611	386.037
PIS e COFINS	(12.165)	
PIS e COFINS diferidos	(23.781)	(35.708)
Quota para RGR e P&D	(3.753)	(1.318)
<b>Receita líquida de serviços</b>	348.912	349.011

(i) Essa rubrica esta contemplando o valor do ajuste da revisão tarifária de 2014, por isso podemos perceber uma variação significativa.

	2014	2013
<b>22 Custos sobre serviços prestados</b>		
Despesas com pessoal	6.004	1.245
Custos de Construção	26.812	188.011
Serviços de manutenção	1.065	49
Despesas gerais	14.580	3.693
	48.461	192.998

	2014	2013
Classificadas como:		
Custo dos bens construídos e serviços prestados (i)	40.044	191.477
Despesas gerais e administrativas	8.417	1.521
	48.461	192.998

(i) Como observado no quadro acima, o custo dos bens construídos reduziu significativamente devido ao final das obras em 2013.

	2014	2013
<b>23 Resultado financeiro, líquido</b>		
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(73.603)	(59.737)
IOF	(768)	(2.556)
Variação cambial negativa	(97)	(957)
Outras despesas financeiras	(15.256)	(9.142)
	(89.724)	(72.392)

	2014	2013
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	108	92
Outras receitas financeiras	3	181
	111	273
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(89.613)	(72.119)

Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor Geral  
 Contador - Márcia Abreu Tavernari - CRC RJ -107585/O-1

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2015. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ, Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador CRC 1RJ092563.